

COVID-19: OGBL reivindica uma Tripartida nacional e mais medidas de crise

Face aos desafios que coloca a epidemia do vírus COVID-19, a OGBL, como primeiro sindicato do país, reivindica uma reunião do Comissão de Coordenação Tripartida (Estado, patronato, sindicatos). Isto, para que os representantes dos trabalhadores, os representantes do patronato e os representantes do Governo possam tomar as decisões mais adequadas para acompanhar esta crise e evitar a perda de empregos. A situação sem precedentes exige ação imediata por parte de todos os principais atores do país.

No imediato, a OGBL exige a manutenção das licenças extraordinárias por razões familiares (congé extraordinaire pour raisons familiales) até ao final das medidas excepcionais. A OGBL congratula-se com o facto de estarem a ser criadas estruturas de acolhimento para os filhos dos profissionais de saúde, mas solicita que a medida seja alargada aos filhos dos funcionários de serviços públicos essenciais e aos trabalhadores que trabalham em serviços essenciais (comércio alimentar, farmácias, serviços de entrega, etc.).

A OGBL exige que as empresas sejam proibidas de despedir trabalhadores, pelo menos durante a crise, se beneficiarem ou vierem a beneficiar de medidas especiais relativas à epidemia. Recorde-se que as empresas que recorrem ao desemprego parcial (lay off) não estão autorizadas a despedir trabalhadores.

De modo a ajudar as empresas com dificuldades de tesouraria, a OGBL aprova a suspensão temporária do pagamento de impostos e taxas, bem como das contribuições para a Segurança Social. Ao mesmo tempo, os prazos para o reembolso do subsídio de desemprego parcial e a manutenção dos salários em caso de baixa médica devem ser acelerados.

As ajudas financeiras devem ser disponibilizadas às empresas, aos trabalhadores independentes e às profissões liberais, a fim de garantir a sua sobrevivência. Medidas excepcionais devem ser criadas para os trabalhadores em situação precária, como os trabalhadores temporários ou os trabalhadores que não reúnem as condições para receberem o subsídio de desemprego e a cobertura social, como a eliminação do período mínimo de afiliação.

A OGBL apoia o Governo luxemburguês nos seus esforços para suspender os limites ao nível fiscal e da Segurança Social com os países vizinhos, o que teria um impacto negativo sobre as

pessoas e as empresas que recorrem ao teletrabalho.

A OGBL exige a suspensão de todos os prazos administrativos previstos no Código do Trabalho e no Código da Previdência Social, especialmente aqueles que possam ter um impacto negativo sobre a situação de todos os cidadãos. Isto engloba os prazos para a apresentação de atestados médicos, o limite de 78 semanas que marca o fim do contrato de trabalho ou quaisquer outros prazos relacionados com despedimentos.

No que diz respeito ao desemprego parcial, a OGBL exige que o reembolso dos salários normalmente recebidos pelos trabalhadores seja aumentado de 80 para 100% durante este período, para evitar perdas do salário e os seus efeitos negativos na vida diária de todos os trabalhadores.

A OGBL pede também a suspensão das obrigações relativas a determinados procedimentos administrativos como, por exemplo, a entrega de declarações de impostos. No imediato, suspender o pagamento de adiantamentos de impostos é necessária. A OGBL também apela à possibilidade de congelamento dos reembolsos dos créditos bancários, especialmente para as pessoas sem rendimentos durante este período de crise.

Para o acompanhamento dos doentes, a OGBL exige o estabelecimento de teleconsultas e a possibilidade de extensão dos atestados médicos através de uma simples chamada telefónica com um médico para aliviar os congestionamentos nos serviços de urgências. Deve ser aberta uma excepção relativamente ao prazo de 3 dias para a entrega dos atestados médicos, de modo a evitar trajectos desnecessários.

Dado o clima actual, as negociações em curso sobre as Convenções Colectivas de Trabalho devem ser suspensas para permitir que os parceiros sociais se concentrem na crise actual. Os prazos legais para os vários procedimentos também devem ser suspensos.

Finalmente, a OGBL pede que o Governo luxemburguês assuma um compromisso a nível europeu para dar mais margem de manobra em relação aos critérios de Maastricht, o que permitirá dispor dos fundos necessários para enfrentar estas crises.

Nesta situação, a assistência mútua entre cidadãos e a participação de todos nos esforços que estão a ser feitos são absolutamente necessárias. A OGBL apela à solidariedade nacional.